

ACELERANDO

SINDLOC-MG

GANHA "QUEDA DE BRAÇO" E TAXA DE CARTÓRIO É BARRADA NA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE BELO HORIZONTE



Desde que uma manobra obscura foi realizada na Comissão de Defesa do Consumidor da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, em junho deste ano, para se criar a obrigatoriedade de pagamento de uma taxa nos cartórios para registro de alienação fiduciária de veículos, o SINDLOC-MG não sossegou. Tratava-se do substitutivo número dois do projeto do deputado Leonardo Moreira (DEM) que criaria para as locadoras uma despesa extra de até R\$ 185 por carro.

"Nunca permitiríamos que essa situação fosse estabelecida. O SINDLOC-MG comprou a briga, denunciou a manobra,

entrevistou o único deputado que foi contra a decisão (Délio Malheiros - PV) e manteve um olhar atento para acompanhar diariamente o caso", explica o presidente do SINDLOC-MG, Saulo Fróes (foto). Todo o esforço foi compensado há duas semanas quando a Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária da Assembleia Legislativa barrou definitivamente o projeto.

O parecer final foi assinado pelo deputado Juarez Távora (PV), que em entrevista para o jornal Estado de Minas deu números a suas justificativas. Segundo ele, a receita dos cartórios cresceu 30,7% de 2006 a

2009, já descontada a inflação do período, enquanto as despesas subiram pouco, menos de 9% no mesmo período. "Despesa de cartório é basicamente despesa de escritório e quase não sobe", compara o parlamentar, que, em seu parecer, chegou a recomendar uma queda nos valores das taxas de 2% ou até mais.

"Nem é mérito meu derubar essa taxa de alienação fiduciária. Tenho certeza que qualquer deputado faria o mesmo. Na certa o colega deve ter assinado o papel de bobeira, sem perceber o que estava fazendo", afirmou Juarez Távora ao jornal.

O assunto parece estar encerrado. Segundo ele "essa nova taxa é um absurdo, pois representa um custo a mais para o contribuinte e mais receita para os cartórios". De todo modo, o SINDLOC-MG continuará de olho. "Embora a gente acredite que essa ideia não voltará a ser discutida, vamos permanecer atentos para evitar que outra manobra seja feita. 'O SINDLOC-MG não permitiu que isso fosse aprovado, nem permitirá', alerta Saulo Fróes.

FOTO: MAURÍCIO VIEIRA